

31º Encontro Anual da ANPOCS

22 a 26 de outubro de 2007, Caxambu, MG

ST 35 - Vitimização: riscos objetivos e percepções do risco ou novos dados, novos movimentos

Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública / UFMG

Autores: Rodrigo Alisson Fernandes e Corinne Davis Rodrigues

Medo ou realidade? Uma Análise Comparada do Risco Percebido e Risco Objetivo de vitimização no município de Belo Horizonte em diferentes momentos no tempo.

Resumo

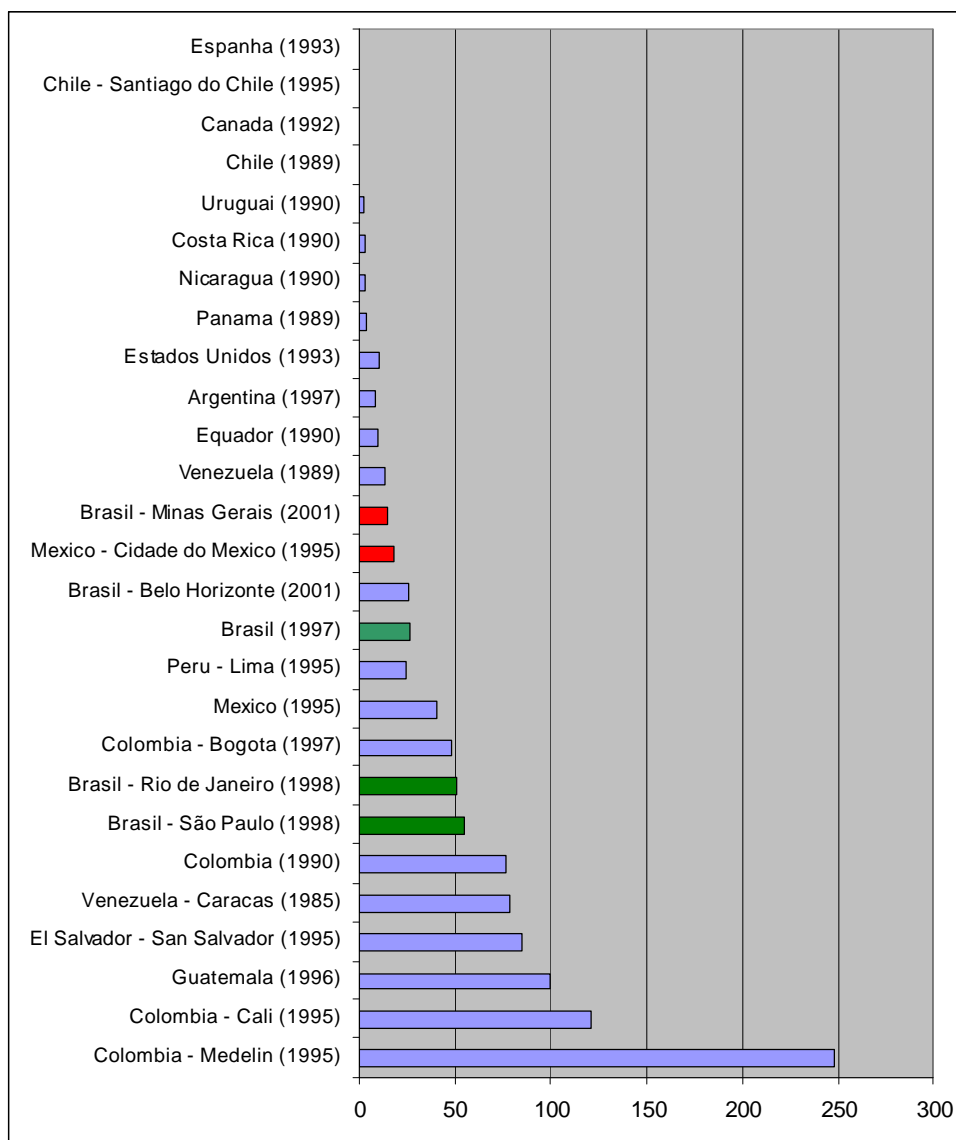
Este artigo compara os determinantes do risco percebido e risco objetivo de vitimização, em Belo Horizonte nos anos de 2001 e 2005, analisando as convergências e divergências entre essas duas situações em diferentes momentos no tempo. Um maior entendimento dos fatores que aumentam o risco de vitimização é importante porque informa como devem ser alocados os recursos do Estado em Segurança Pública. Por outro lado, é preciso distinguir quais características influenciam um indivíduo a se tornar vítima de algum tipo de crime e quais aspectos corroboram para a sua sensação de segurança. Utilizando as pesquisas de vitimização de Belo Horizonte realizadas pelo CRISP/UFMG nos anos de 2002 e 2006, a presente proposta busca apurar quais características individuais e de contextos social são mais influentes na percepção e no risco real de vitimização de roubo em Belo Horizonte.

Introdução

O crime tem se tornado uma característica estrutural em muitos centros urbanos da América Latina, embora sejam enormes as diferenças sociais e estruturais entre os países que a compõem. Roubos, assaltos, agressões físicas e sexuais, além dos homicídios, apresentam taxas crescentes em quase todos os países da América Latina, apesar de serem bem diferentes os momentos em que o problema público da criminalidade violenta emerge nestes locais. No caso de homicídios, por exemplo, entre o início dos anos 80 e meados dos anos 90 houve um aumento de cerca de 50% na América Latina (FAJNZYLBER et al., 1998).

No caso brasileiro, a criminalidade tem se tornado um dos maiores problemas sociais já vivenciados no país, principalmente a partir do final da década de 80, período em que no Brasil iniciou-se um considerável aumento da violência e criminalidade nas grandes cidades. O gráfico 1 demonstra a amplitude do problema social da criminalidade no Brasil. Esse gráfico destaca algumas cidades que figuram entre as regiões mais violentas das Américas. A comparação da taxa de homicídio de Minas Gerais e de Belo Horizonte com as taxas de alguns países do mundo e suas capitais mostra que as posições tanto do Estado quanto da capital mineira, são intermediárias, porém maiores que de muitos países da América Latina. As taxas de homicídio de São Paulo e Rio de Janeiro são quase três vezes maiores que as de Minas Gerais e duas vezes maiores que as da capital mineira. Mas, mesmo assim, a taxa de Belo Horizonte está muito próxima da taxa brasileira.

Gráfico 1: Comparativo de Taxas de Homicídio por 100 mil habitantes no Brasil e no Mundo

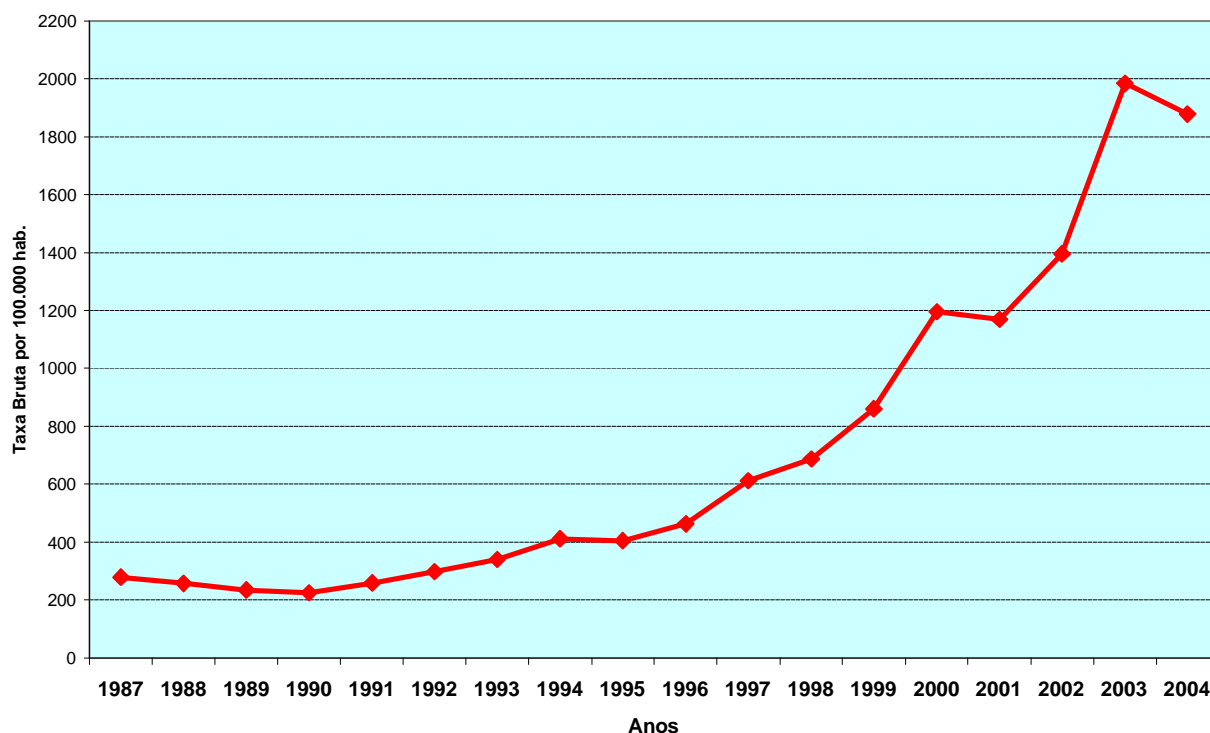


Fonte: CRISP- Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública – UFMG

Segundo pesquisas recentes do Centro de Estudos de Criminalidade e segurança Pública da UFMG¹, em Minas Gerais, e mais especificamente em Belo Horizonte, a criminalidade violenta vem apresentando na última década taxas muito elevadas, principalmente a partir do final da década de 90, período em que a situação da criminalidade violenta na capital mineira alcançou patamares muito elevados, como mostra o gráfico 2. Esse constante crescimento da criminalidade violenta em Belo Horizonte tem gerado, além dos prejuízos materiais e econômicos, prejuízos sociais à sua população, como mudanças nos seus hábitos cotidianos, por exemplo. O aumento da criminalidade obriga muitas pessoas a mudarem seus hábitos e costumes por causa da convivência com o medo, com o risco maior de ser vítima de crime, e com a sensação de insegurança, diminuindo a sua qualidade de vida.

¹ Ver CRISP. 2001. Atlas da Criminalidade Violenta em Belo Horizonte: diagnósticos, perspectivas, e sugestões de programas de controle.

Gráfico 2: Evolução da taxa bruta de crimes violentos em Belo Horizonte no período de 1987 a 2004.



Fonte: CRISP -Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública

Embora estejam relacionados, a criminalidade e o medo da criminalidade não sempre seguem os mesmos padrões. Independente do aumento ou diminuição das taxas de crime, o medo de ser vítima de crime se demonstra constante em países como os Estados Unidos. Há uma divergência também nos grupos que tem medo de ser vítima de um crime e os grupos que são mais vitimados. Tradicionalmente, as mulheres e os idosos representam a parcela da população com mais medo, embora sejam os grupos menos prováveis a serem vítimas de crimes, sobretudo os crimes violentos.

No caso brasileiro, estas divergências tradicionais entre os determinantes de medo e vitimização entram em questionamento. O Trabalho de RODRIGUES e PEIXOTO, (2003) demonstrou que os grupos tradicionais (mulheres e idosos) não percebem mais risco de vitimização do que os jovens ou os homens. Estes resultados apontam para uma hipótese de que o caso brasileiro seja diferente aos países desenvolvidos. O seja, que no Brasil há uma maior concordância entre quem tem medo e quem é vítima do crime.

Este artigo compara os determinantes de risco percebido e risco objetivo de vitimização, analisando as convergências e divergências entre os dois. Buscamos comparar essas situações de

vitimização em diferentes momentos no tempo: 2001 e 2005. Um maior entendimento dos fatores que aumentam o risco de vitimização é importante porque informa como devem ser alocados os recursos do Estado em segurança pública. Igualmente importante, é preciso distinguir entre aqueles fatores que determinam o risco objetivo do indivíduo, mais a sua percepção de ser vitimado. Combater o medo pode ser tão importante quanto o combate da criminalidade.

Risco Percebido e Risco Objetivo

Este artigo pretende examinar as diferenças e similaridades entre os fatores que determinam risco objetivo e risco percebido. O risco objetivo é definido aqui como a probabilidade real de um indivíduo ser vítima de um crime. O risco percebido, em contraste, não é uma medida objetiva, mas subjetiva. Trata-se da percepção do indivíduo do seu risco de ser vitimado. Desde os primeiros estudos sobre o medo do crime, destaca-se a diferença entre risco objetivo e risco percebido (SKOGAN, 1986).

Antes de examinar os determinantes de risco, é necessário elaborar mais sobre o conceito de percepção de risco ou o que é comumente apelido de “medo de crime”. A maioria dos estudos de medo de crime utilizam de uma definição baseada nos juízos de valor dos indivíduos sobre sua percepção de risco de vitimização (ROUNTREE & LAND, 1996).

Esta percepção individual acerca das condições de vitimização tem uma relação direta com a avaliação das condições concretas de risco. Assim, grupos que têm hábitos que os tornam mais expostos a vitimização têm uma percepção mais acentuada de medo da violência. De qualquer maneira, a distinção entre percepção de risco e medo do crime, embora relacionadas, são distintas entre si. Isto se diferencia das definições de medo a partir de componentes mais psicológicos ou emotivos (FERRARO & LAGRANGE, 1987). ROUNTREE & LAND (1996) argumentam que é preciso diferenciar o medo da percepção do risco, dado que o primeiro é conceito mais amplo do que o da percepção do risco. Na mesma direção, o estudo de WARR & STAFFORD (1983) mostra que as percepções do risco somadas à avaliação da seriedade do crime determinam o grau de receio das pessoas em serem vítimas de eventos criminais.

A medida mais comum do “medo” é a percepção de segurança geral na residência, na rua ou na vizinhança, sendo predominante em estudos que investigam fatores que influenciam a percepção de medo (BAUMER, 1985; SKOGAN & MAXFIELD, 1981). A diferenciação entre medo e percepção do risco torna-se importante na medida em que alguns destes fatores demonstram ser melhores indicadores de percepção do risco que propriamente de medo. Por exemplo, LAGRANGE, FERRARO & SUPANCIC (1992) mostram que fatores que avaliam as

condições da vizinhança estão mais relacionados com a percepção de risco do que com medo do crime. O mesmo ocorre quando se analisa os fatores que influenciam o medo para distintos crimes (WARR & STAFFORD, 1983; WARR, 1984; ROUNTREE & LAND, 1996; ROUNTREE, 1998).

Consciente desta distinção, o presente estudo se limita ao exame da percepção do risco de vitimização, ao invés do medo do crime mais amplamente definido. Analisaremos a percepção do risco levando em conta as distinções entre crimes de roubo, buscando examinar os elementos que podem influenciar na percepção do risco de vitimização. Posteriormente, compararemos os determinantes de percepção de risco deste tipo de vitimização, com os fatores que de fato influenciam na probabilidade real de ser vítima. Ambas as análises serão examinadas em dois períodos de tempo no município de Belo Horizonte: no ano de 2001 e no ano de 2005.

Determinantes de Risco - Uma Teoria de Oportunidade

Estudos em outros contextos têm mostrado algumas convergências e divergências entre os determinantes de risco percebido e de risco objetivo. Não obstante, para ambos casos os determinantes podem ser agrupados em três amplas categorias: as características sócio-demográficas dos indivíduos, as características relacionadas às atividades cotidianas dos indivíduos e as características ecológicas dos ambientes onde estes indivíduos convivem ou residem. De modo geral, estes elementos formam a base de uma perspectiva teórica que visa identificar os fatores que criam oportunidades para o cometimento de um evento criminal, essa abordagem também é conhecida como a teoria das oportunidades criminais. Essa perspectiva teórica demonstra que mudanças estruturais nos padrões de atividades rotineiras interferem diretamente nas taxas de crimes, uma vez que afetam a convergência no tempo e no espaço de três elementos básicos para ocorrência de crime: a) agressores motivados, b) alvos oportunos, e c) a ausência de proteção capaz de conter o crime. Segundo essa abordagem, como esses três elementos são essenciais e necessários, a ausência de alguma dessas condições é suficiente para frustrar o cometimento da atividade criminal. (COHEN & FELSON, 1979; HINDELANG, GOTTFREDSON & GAROFALO, 1978; MEITHE & MEIER, 1994). Nesta perspectiva, características pessoais, atividades cotidianas, e características específicas de áreas geográficas são aspectos determinantes do risco de vitimização.

Embora estes conceitos sejam úteis tanto para identificar os determinantes do risco percebido quanto os determinantes de risco objetivo, existem algumas diferenças importantes que merecem ser mencionadas, sobretudo aquelas que se traduzem na forma subjetiva de avaliação individual do risco percebido. A seguir, examinaremos a literatura sobre as três

categorias de determinantes de risco: características sócio-demográficos, variáveis de oportunidade, e características ecológicas e as suas diferenças em determinar risco percebido e objetivo.

Fatores Sócio-demográficos na probabilidade de Risco

Atributos individuais podem influenciar tanto o risco percebido quanto o risco objetivo de vitimização. Isto ocorre na medida em que estes aspectos podem influenciar a proximidade, a exposição, a atratividade e a vigilância. Sexo, idade e *status* socioeconômico têm demonstrado uma relação inversa com o risco objetivo e percebido de vitimização. Em geral, mulheres têm maior percepção do risco de vitimização do que homens, apesar destes apresentarem maiores taxas de vitimização. O mesmo ocorre com pessoas idosas (WARR, 1984; SKOGAN & MAXFIELD, 1981). Uma explicação para esta divergência é que mulheres e idosos têm diferentes sensibilidades ao risco de vitimização, sentindo-se mais vulneráveis. Logo, mulheres e idosos se percebem como alvos mais atrativos. Por outro lado, homens e jovens se expõem mais ao risco de vitimização de uma maneira geral, e tendem a ter uma maior exposição a situações e ambientes de risco. Além disso, STAFFORD & GALLE (1984) argumentam que mulheres e idosos têm taxa maior de vitimização quando se controla por tempo de exposição, o que os torna alvos mais fáceis à ação de ofensores. WARR (1984) explica que a percepção do risco deles serem vítimas de crime é influenciada pela percepção do risco de sofrerem outros crimes, particularmente, o estupro no caso das mulheres. Adicionalmente, se propõe que a percepção da seriedade de crimes em geral, é maior para estes grupos do que para outros. Não obstante, há estudos que mostram que os idosos nem sempre têm mais medo de crime (ROUNTREE & LAND, 1996; LAGRANGE & FERRARO, 1987).

Status socioeconômico também é influente na determinação de risco objetivo e percebido de vitimização. Em geral, os indivíduos com *status* socioeconômico mais alto, sentem-se mais seguros ou, em outras palavras, têm uma percepção menor do seu risco de vitimização (SKOGAN & MAXFIELD, 1981; LEE, 1981). Por outro lado, outros estudos demonstram uma relação inversa entre o *status* sócio-econômico e o risco percebido de vitimização. Apesar da maior capacidade deste grupo se proteger, esse grupo pode se sentir mais vulnerável a vitimização por possuir mais bens de valor, ou seja, por serem alvos em potencial mais atrativos (RODRIGUES & PEIXOTO, 2003).

Grupos com *status* sócio-econômico mais alto também tendem a sofrer menos vitimização. Isto pode ser explicado, na medida que indivíduos com maior *status* sócio-

econômico dispõem de mais recursos para se proteger (capacidade de proteção) e em decorrência de segregar possíveis criminosos (diminuindo a sua exposição e proximidade ao crime).

Oportunidade e Risco

Além dos fatores individuais mencionados acima, o risco objetivo e percebido de vitimização também pode ser influenciado pelo tipo de atividade rotineira ou pelo estilo de vida que um indivíduo submete-se no seu dia a dia. Determinadas atividades cotidianas podem aumentar a proximidade ou a exposição desse indivíduo a ofensores, a sua atratividade como alvo, ou diminuir a sua capacidade de se proteger, além de também aumentar o risco deste se tornar vítima de um crime (MIETHE & MEIER, 1994). Do mesmo modo, a percepção do risco de vitimização do indivíduo é maior quando ele participa de atividades que ele considera conter os três fatores mencionados. Assim, atividades diárias do indivíduo tais como circulação nas vias públicas, a quantidade de tempo passado dentro ou fora da sua residência ou contato com desconhecidos, podem contribuir para uma maior percepção do risco. Certos estilos de vida determinam o grau de exposição ao risco, de atratividade como alvo de crime, bem como capacidade de proteção do indivíduo (STAFFORD & GALLE, 1984; ROUNTREE & LAND, 1996). Como consequência, algumas atividades por si mesmas, ou por ocorrerem em horários ou lugares específicos, contribuem para uma maior percepção do risco de vitimização. Temos como exemplo andar na rua sozinho, à noite, ou em lugares desertos ou desconhecidos (WARR, 1990).

Fatores Ecológicos de Risco

Além de dos fatores demográficos e das atividades rotineiras, alguns estudos destacam que características sociais e físicas de alguns locais funcionam como fatores que podem alterar o risco objetivo e percebido de vitimização (SKOGAN & MAXFIELD, 1981; WARR, 1990; LEWIS & SALEM, 1981; SAMPSON e GROVES, 1989). Tendo por base a perspectiva ecológica da criminalidade da teoria da desorganização social² e a abordagem teórica das “janelas quebradas”³, alguns autores examinam a influência das características físicas e sociais de um local tanto na percepção do risco quanto no risco objetivo do indivíduo. Características físicas de um contexto tais como a presença de prédios abandonados, lixo acumulado, pichações ou adolescentes não supervisionados, têm uma correlação positiva com a percepção do risco de vitimização (LEWIS & SALEM, 1981; LAGRANGE, FERRARO & SUPANCIC, 1992;

² Ver SHAW & MCKAY (1942) e SAMPSON & GROVES (1989)

³ Ver KELLING & COLES (1996)

ROUNDTREE & LAND, 1996). A percepção desses tipos de aspectos ambientais aumenta a preocupação geral dos moradores dessas áreas com relação à qualidade de vida, incluindo a preocupação com a vitimização (LEWIS & SALEM, 1981). As características físicas do local também podem aumentar o risco de ser vítima na medida que demonstram a falta de vigilância do local pelos moradores (KELLING & COLES, 1996).

As características sociais do local, em particular a integração social entre os moradores, encontram-se relacionadas com o risco objetivo e percebido de vitimização. Isto ocorre na medida em que a integração social aumenta a capacidade dos moradores a exercerem controle social no local. Visto dessa forma, a integração social dos moradores de uma vizinhança reduz a percepção do risco de vitimização nesse local, na medida que aumenta a familiaridade dos indivíduos uns com os outros, com o local em que vivem e com as suas rotinas habituais de convivência, fornecendo assim maiores redes de apoio e controle social informal (HUNTER & BAUMER, 1982). Sugere-se, ainda, que a própria percepção do risco, em conjunto com outros fatores sociais, pode acelerar o declínio das comunidades locais, contribuindo assim para o enfraquecimento do controle social informal e retraimento do indivíduo da vida comunitária. Todo este processo eventualmente resulta num aumento real no índice de vitimização no local (SKOGAN, 1986). A falta de integração social e a subsequente diminuição de controle social informal afeta o risco objetivo de vitimização de duas formas: aumentando o número de possíveis ofensores na área (SAMPSON & GROVES, 1989; BURSIK, 1988) e diminuindo a existência de vigilância presente no local (LEE, 2000). Adicionalmente, há evidências que fatores ecológicos influenciam a percepção do risco de vitimização de modos diferentes variando com o tipo de crime (LAGRANGE, FERARRO & SUPANCIC, 1992). Em particular, esses fatores afetam na percepção diferenciada do risco de ser vítima de crimes de agressão física e/ou de roubo (SKOGAN, 1987).

Vitimização Anterior

Além dos fatores mencionados acima, uma vitimização anterior também influencia no risco objetivo e percebido de vitimização. GAROFALO (1979) reporta que indivíduos vitimados anteriormente na vida tendem a sentir mais medo. Esta característica também influi na percepção do risco na vizinhança (TAUB, TAYLOR & DUNHAM, 1981). Entretanto, outros estudos demonstram que o efeito da vitimização anterior na percepção do risco, não é tão significativo como se esperava (FORDE, 1993; TAYLOR, 1996). Além disto, este efeito se relaciona com o as características do indivíduo e da vizinhança (GAROFALO, 1979; SKOGAN & MAXFIELD,

1981). O fato de ter sido vítima anteriormente na vida também demonstra a ter um efeito sobre a probabilidade de ser um vítima novamente (TAYLOR, 1996).

A literatura revisada aqui aponta para diferenças que estas características podem produzir em determinar o risco objetivo ou percebido de vitimização. Apesar de vários estudos destacarem as diferenças entre risco objetivo e percebido, existem lacunas notáveis no que diz respeito à sua distribuição em diferentes regiões e locais do espaço urbano. Neste sentido, o presente estudo visa contribuir através do exame destes determinantes de risco objetivo e percebido de ser vítima de crime contra o patrimônio, no nível da vizinhança, em dois momentos distintos no tempo no município de Belo Horizonte, Minas Gerais.

O intuito deste estudo é testar a influência dos fatores demográficos, ecológicos e de atividades rotineiras sobre o risco objetivo e percebido de vitimização no cenário brasileiro. Conforme a literatura internacional, esperamos encontrar que estes fatores tenham efeitos positivos sobre a percepção de risco.

Metodologia

Com o objetivo de examinar a percepção de risco e o risco objetivo de vitimização de roubo nas vizinhanças de Belo Horizonte nos anos de 2001 e 2005, utilizamos o modelo de regressão logística, que permite calcular a probabilidade de percepção de crime, dado as características dos indivíduos e do local onde residem.

Dados

Os dados utilizados provêm de duas pesquisas de Vitimização, realizadas na cidade de Belo Horizonte, que tiveram por objetivo a aquisição de informações detalhadas sobre a frequência e a natureza de diversos crimes que ocorrem na cidade, tais como agressões sexuais, roubo, furto, homicídio, etc.; tendo sido comunicados a polícia ou não. Coube a estas pesquisas apurar informações sobre as vítimas, o perfil dos agressores, o relacionamento existente entre vítima /agressor, as circunstâncias nas quais os crimes ocorreram: hora do dia, local de ocorrência, uso ou não de violência contra o agredido, entre outros; e a percepção da população acerca do trabalho das polícias civil e militar.

A primeira pesquisa foi realizada no ano de 2002 em que foram entrevistados 3914 habitantes de Belo Horizonte com 15 anos ou mais de idade, residentes em setores urbanos especiais de aglomerados sub-normais (favelas) e não especiais (não favelas), segundo a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para os setores censitários.

A segunda pesquisa foi realizada no ano de 2006⁴ em que foram entrevistados 3745 habitantes de Belo Horizonte com 15 anos ou mais de idade, residentes em setores censitários classificados como violentos e não violentos além de serem classificados de acordo com seu status sócio-econômico como setores pobres e ricos⁵.

Variáveis Dependentes

Como variável dependente utilizamos a percepção individual do risco de vitimização, bem como o risco objetivo de ser vítima de roubo na vizinhança. Foram criadas duas variáveis dicotômicas para cada ano em estudo. Duas referentes à percepção de risco e duas referentes ao risco objetivo: a percepção do risco de ser ameaçado ou sofrer roubo na vizinhança onde o indivíduo reside (PVRUBO); o risco objetivo de ser ameaçado ou ser vítima de roubo na sua vizinhança (OVROUBO). As variáveis de percepção de risco identificam aqueles respondentes que consideram seu risco de ser vítima muito grande ou grande. As variáveis de risco objetivo identificam aqueles respondentes que se disseram ter sido vítima de roubo ou agressão nos anos em questão: 2001 e 2005.

A tabela 1 descreve as variáveis dependentes utilizadas nos modelos deste estudo. A tabela apresenta a média, o desvio padrão, além das porcentagens dos casos destas medidas. As variáveis são todas qualitativas dicotômicas.

Tabela 1: Estatísticas Descritivas das Variáveis Resposta

Variáveis	Média	Desv. Padrão	Porcentagem	
			Sim	Não
Percepção de Risco de Roubo na Vizinhança - 2001	0,522	0,500	25,3	74,7
Percepção de Risco de Roubo na Vizinhança - 2005	0,643	0,479	64,4	35,6
Vítima de Roubo no Ultimo Ano na Vizinhança - 2001	0,035	0,184	3,5	96,5
Vítima de Roubo no Ultimo Ano na Vizinhança - 2005	0,048	0,215	4,9	95,1

⁴ Na pesquisa realizada no ano de 2006 foram incluídos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, para fins da realização deste *paper*, foi feito um recorte dos dados para somente o município de Belo Horizonte.

⁵ Ver anexo relatório de amostra das pesquisas de vitimização em estudo

Variáveis Independentes

Como 80% das questões são comuns às duas pesquisas, a construção das variáveis independentes seguiu o mesmo padrão em ambos os anos pesquisados. Essa configuração permite que se compare os modelos produzidos com as mesmas co-variáveis em ambos os modelos, porém, separadamente para cada ano em estudo. Dessa maneira, a seguir apresentamos a forma de construção de todas as co-variáveis dos modelos. A explicação é a mesma independente do ano em estudo.

As variáveis independentes seguem a presente ordem: variáveis sócio-demográficas, variáveis de oportunidade e variáveis ecológicas.

Variáveis Sócio-demográficas

Como características sócio-demográficas, consideramos os atributos pessoais (sexo, idade e cor) e o *status* socioeconômico dos respondentes da pesquisa. A variável de idade corresponde à idade do respondente no ano de realização da pesquisa. Não foi realizada nenhuma divisão para esta variável a fim de captarmos como a percepção do risco de vitimização se diferencia a cada ano de vida do indivíduo. Com o uso de faixas de idade (com idades agregadas em faixas) isto não seria possível. Quanto a variável cor/ raça, os indivíduos são divididos em brancos e não brancos. Optou-se por esta divisão, pois a declaração de cor no Brasil é bastante subjetiva. A desagregação entre brancos e não brancos elimina parte desta subjetividade.

Como medida de *status* socioeconômico, construímos um índice a partir dos escores produzidos pela análise fatorial das variáveis renda domiciliar e anos de escolaridade. Optou-se por usar um índice em vez das variáveis renda e escolaridade pela correlação entre os dois (produziu um factor loading escore de 0,878) e para tornar o modelo mais parcimonioso. Outra variável incluída na análise foi aquela que indica se o entrevistado estava trabalhando na época da realização da pesquisa. Esta também é uma medida sócio demográfica.

Conforme indica a literatura, mulheres, idosos, não brancos e pessoas com baixo *status* socioeconômico tendem a ter uma maior percepção do risco de vitimização dado a sua menor capacidade de proteção. Espera-se encontrar a mesma relação para o município de Belo Horizonte. Por outro lado, na literatura acerca do risco objetivo de ser vítima ou não de determinados crimes, verifica-se por exemplo, que homens, solteiros ou “ex-casados”, desempregados e jovens de baixo *status* socioeconômico possuem uma probabilidade maior de

ser vítima de homicídio, que homens de meia idade com alto *status* socioeconômico. Espera-se verificar se este padrão também acontece em Belo Horizonte.

Variáveis de Oportunidade

As variáveis de oportunidade utilizadas procuram medir o impacto de três dos quatro condições apontadas pela teoria de oportunidade sobre a percepção de risco e o risco objetivo – exposição ao risco, proximidade a ofensores, e capacidade de proteção. O conceito de atratividade do alvo não foi operacionalizado por falta de medidas adequadas no *survey* (tais como frequência de portar objetivos de valor). A exposição ao risco é mensurada pelas seguintes variáveis *dummy*: a) fazer compras fora do bairro mais que uma vez por semana, b) dormir fora de casa pelo menos uma vez por semana, e c) uso de transporte público mais que uma vez por semana. A variável residir em áreas correspondentes a favelas⁶ foi utilizada nos modelos como uma medida de proximidade a possíveis ofensores. Embora haja discussões sobre a validade desta medida como um *Proxy* para a proximidade a ofensores, ela tem sido amplamente usada por alguns pesquisadores como uma mensuração de proximidade a ofensores. Duas medidas de capacidade de proteção estão incluídas no modelo. A primeira é o número de pessoas de doze anos ou mais morando no domicílio. Hipotetiza-se que quanto maior o número de pessoas em um domicílio, mais provável é, que a residência não será deixada sem vigilância e a mais provável ainda que esses residentes participem juntos de atividades fora do domicílio, aumentando a sua capacidade de proteção fora de casa. A segunda medida de proteção utilizada no modelo é a percepção de eficácia da polícia, especificamente se o respondente percebe que a Polícia Militar é eficaz na resolução de problemas na sua vizinhança.

Variáveis de Ecologia do Crime

As variáveis ecológicas são medidas por quatro conceitos relacionados com a ecologia local e correlação com criminalidade: a) estabilidade residencial, b) desordem física, c) desordem social e d) controle social informal. A estabilidade residencial é mensurada através de duas variáveis: condição de moradia (se a residência é própria ou alugada) e o número de anos na residência.

⁶ Classificação em concomitância com a metodologia utilizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para setores censitários urbanos sub-normais

A desordem física é mensurada através de um índice de desordem ambiental caracterizado por aspectos estruturais da vizinhança e pela acumulação de lixo na vizinhança utilizando as variáveis: presença ou não de lotes vagos com lixo nas ruas da vizinhança, presença ou não de ruas sujas e mal conservadas na vizinhança, e presença ou não de edificações abandonadas na vizinhança⁷.

A desordem social é mensurada através da existência e presença de agentes delituosos e criminosos na vizinhança. Para medir a desordem social, utilizamos um conjunto de variáveis dicotômicas (presença ou não) sobre a existência ou não de agentes de desordem social presentes nas ruas da vizinhança. São elas: consumo público de drogas, venda pública de drogas, prostituição, vandalismo, presença de criminais, presença de pessoas armadas, tiros, e pessoas se insultando ou xingando pelas ruas da vizinhança. Todas as variáveis acima se dividem em duas categorias de resposta: viu ou ouviu falar (presença/ existência) e não viu nem ouviu falar (não presença/ existência). Baseado nos resultados da análise fatorial exploratória, o índice final para desordem social foi composto de uso público de drogas, venda pública de drogas, presença de pessoas armadas, presença de criminosos, e pessoas se insultando ou xingando, todos que apresentaram escores de matrix acima de 0,65. Este índice, como aquele para a desordem física, foi padronizado.

Uma única variável é usada para medir o controle social informal, a existência de indivíduos ou agências, pagos ou voluntários que são responsáveis para a segurança da rua do respondente.

A hipótese é que a percepção do risco de vitimização na vizinhança seja positivamente correlacionada com variáveis de desordem física e social, mas por outro lado, negativamente correlacionada com variáveis de integração social. Em relação à percepção do risco de vitimização em outros locais de Belo horizonte, esperamos que estas variáveis não sejam significativas. O mesmo se espera para o risco objetivo de se tornar vítima de roubo ou agressão no município de BH.

A tabela 2 a seguir apresenta as estatísticas descritivas de todas as variáveis independentes (demográficas, de oportunidade e ecológicas) utilizadas nos modelos deste estudo.

⁷ Por razões metodológicas verificamos a necessidade de padronizar o índice obtido nesta variável. Para fazer isto, em cada caso da análise, subtrai-se o valor encontrado em cada caso da média da variável e divide-se o resultado obtido pela variabilidade (desvio padrão) da mesma.

Tabela 2: Estatísticas Descritivas das Variáveis Independentes

Variáveis	Ano de Referência: 2001				Ano de Referência: 2005				Categorias	
	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo		
Sócio demográficas										
Sexo	0,533	0,499	-	-	0,534	0,499	-	-	Fem	Masc *
Idade	38,593	16,592	14	89	39,765	16,949	15	91		
Raça [Branco e Não branco]	0,463	0,499	-	-	0,497	0,500	-	-	Não branco	Branco *
Status Sócio-econômico	50,000	10,000	25,435	64,611	51,562	10,241	26,639	66,927		
Solteiro	0,404	0,491	-	-	0,391	0,488	-	-	Sim	Não *
Viúvo ou Desquitado	0,126	0,332	-	-	0,056	0,230	-	-	Sim	Não *
Trabalha atualmente	0,507	0,500	-	-	0,605	0,489	-	-	Sim	Não *
Variáveis de Oportunidade										
<i>Exposição ao Risco</i>										
Faz compras fora do Bairro	0,605	0,489	-	-	0,559	0,497	-	-	Sempre	Nunca *
Dorme fora de casa	0,357	0,479	-	-	0,345	0,475	-	-	Sempre	Nunca *
Utiliza transporte público	0,652	0,476	-	-	0,619	0,486	-	-	Sempre	Nunca *
<i>Proximidade</i>										
Vive em favela	0,123	0,328	-	-	0,124	0,329	-	-	Sim	Não *
<i>Capacidade de Proteção</i>										
Nº de Moradores na residência	3,392	1,672	1	14	3,320	1,602	1	17		
Acha o trabalho da PM eficiente	0,569	0,495	-	-	0,696	0,460	-	-	Sim	Não *
Variáveis Ecológicas										
Desordem social	0,002	1,000	-0,830	2,445	50,370	10,288	-43,257	72,230		
Desordem Física	-0,087	0,966	-1,288	1,702	48,887	9,669	37,805	98,360		
Tempo de moradia na residência	13,334	12,718	0	90	16,96	12,820	0	84		
Situação da Residência [própria ou não]	0,191	0,394	-	-	0,156	0,363	-	-	Alugada	Própria *
Segurança informal na vizinhança	0,125	0,331	-	-	0,057	0,232	-	-	Presente	Ausente *

* Indica a categoria de resposta, referência no modelo de regressão logística.

Resultados

Analisou-se os resultados do modelo de Regressão Logística comparando a percepção do risco de ser vítima de roubo na vizinhança de moradia e a probabilidade real desta vitimização ocorrer nestes dois momentos: no ano de 2001 e no ano de 2005. Em ambos os casos, estimamos o modelo considerando apenas as variáveis independentes sócio-demográficas. Depois, incluiu-se as variáveis de oportunidade criminal e, por último, as variáveis ecológicas. Apresenta-se os resultados nas Tabela 3 e Tabela 4.

Com exposto acima, primeiramente, estimou-se o modelo para a percepção do risco de ser vítima de roubo na vizinhança comparado ao risco real de ser roubado para o ano de 2001, utilizando somente variáveis sócio-demográficas. No conjunto destas variáveis, destaca-se o comportamento da variável sexo, por apresentar um resultado muito interessante. Mulheres têm uma percepção positiva do risco de serem roubadas na vizinhança (se percebem mais propensas a se tornarem vítimas de roubo na vizinhança que homens); porém quando verificamos o risco real desta vitimização ocorrer, elas possuem uma chance 43,7% menor de se tornarem vítimas de roubo. Quando analisada a variável sexo no modelo produzido para o ano de 2005 essa situação também ocorreu. Esta realidade corrobora com a abordagem teórica que argumenta que em geral, mulheres têm maior percepção do risco de vitimização do que homens, apesar destes apresentarem maiores taxas de vitimização. (WARR, 1984; SKOGAN & MAXFIELD, 1981).

Em contraste à idéia de que pessoas mais velhas possuem uma percepção de risco maior que os mais jovens (WARR, 1984), os resultados apurados tanto no modelo de 2001 quanto no modelo de 2005 mostram exatamente o oposto desta argumentação. Em todos os modelos jovens possuem mais medo e ao mesmo tempo são aqueles indivíduos mais vitimados de roubo em Belo Horizonte.

O indicador de *status* sócio-econômico, também apresenta um resultado revelador. Em todos dos modelos de percepção de risco e de risco objetivo, esta variável se comportou estatisticamente significativa, quanto maior o *status* do indivíduo, maior a sua percepção de risco e maior o risco objetivo desta vitimização ocorrer. Este resultado é o contrário à literatura internacional, que sugere uma percepção de risco maior entre indivíduos de baixo *status* sócio-econômico (SKOGAN, 1987; LEE, 1981; ROUNTREE, 1998). Isto que ocorreu no modelo estimado, talvez possa ser explicado pelo fato de que indivíduos com mais estudo se exponham menos ao risco, freqüentando locais ou empenhando suas atividades em locais em que o risco de vitimização seja menor.

Quanto ao estado civil observa-se resultados interessantes tanto nos modelos de 2001 quanto nos modelos de 2005, indivíduos solteiros e “des-casados” têm uma percepção negativa do risco de ser roubado na sua vizinhança, ou seja, acham que possuem um baixo risco de serem roubados na sua vizinhança. Por outro lado, quando estimamos o risco real, ser solteiro em Belo Horizonte apresenta uma propensão maior de ser vitimado de roubo na cidade, apesar dos resultados serem estatisticamente significativos no modelo de 2005. Ainda analisando o modelo de 2005 para aqueles indivíduos que já foram casados verificamos uma situação inversa. Estar neste estado civil não interfere em nada na percepção de risco nem nas chances reais destes indivíduos serem vitimados. No modelo de percepção de risco estimado para o ano de 2005 estar trabalhando aumenta a sensação de medo do belo-horizontino.

Alguns estudos empíricos (ROUNTREE & LAND, 1996; STAFFORD & GALLE, 1984) mostraram que a importância das variáveis sócio-demográficas diminui com a inclusão dos fatores que medem a exposição ao risco. Por esta razão, estimamos os modelos incluindo variáveis relativas a atividades rotineiras e a aspectos de ecologia do crime. Estas variáveis medem a exposição ao risco na vizinhança de moradia dos belo-horizontinos, o intuito é reavaliar o efeito do sexo, da idade, do estado civil e da situação de trabalho independentemente do grau de exposição individual.

Quando incluímos variáveis de oportunidade do crime nos modelos pode-se observar algumas diferenças nos comportamentos das variáveis explicativas. No modelo de percepção de roubo estimado para o ano de 2001, entre as variáveis sócio demográficas apenas sexo, raça e ser solteiros mostraram-se bons preditores da sensação de medo. Mulheres, brancos e não solteiros têm mais medo. No modelo de risco real, sexo, idade, status sócio-econômico se mantiveram estáveis, não modificando sua significância nos resultados apurados. Homens, jovens, em vantagem financeira possuem uma chance maior de serem vítimas de roubo em Belo Horizonte. No modelo de 2005 podemos observar que mulheres, jovens, em vantagem financeira e trabalhando percebem um risco maior de se tornar vítima de roubo na capital mineira. No modelo de risco objetivo de roubo em 2005, apenas status sócio-econômico se manteve estatisticamente significante. Indivíduos em vantagem financeira de fato possuem uma propensão maior a se tornarem vítimas de roubo.

Entre as medidas de exposição ao risco, duas medidas se destacam nos modelos estimados para 2001. Dormir fora de casa aumenta a percepção de insegurança dos belo-horizontinos quanto ao crime de roubo. Por outro lado, esta medida não determina de fato a chance real de se tornar vítima de roubo. No modelo de risco objetivo, apenas o fato de utilizar

transporte coletivo frequentemente teve um efeito significativo na propensão do belo-horizontino de ser vítima de roubo. No modelo de percepção de risco estimado para 2005, utilizar transporte coletivo diariamente reduz a sensação de medo. Todavia, fazer compras fora da vizinhança de moradia se mostrou um bom preditor do risco real de ser vitimado de roubo em Belo Horizonte

Analisando os modelos determinados para 2001, residir em áreas de favela, só apresentou impacto no modelo de percepção de risco de roubo. Indivíduos que vivem em favelas têm uma percepção negativa do risco de ser vitimado na sua vizinhança, cerca de 35%. Nos modelos estimados para 2005 esta mesma situação se configura. Morar em áreas classificadas como favela não aumenta a percepção de risco dos seus moradores. Quando analisamos o modelo de risco real, o fato de residir em áreas dessa natureza tem um impacto negativo no risco de ser roubado.

Nos modelos produzidos para 2001, entre as medidas de capacidade de proteção, apenas a variável de confiança na eficiência do trabalho da Polícia Militar, apresentou impacto nos modelos de risco de roubo na vizinhança. Em ambos os modelos, de percepção e de risco objetivo, confiar na eficiência do trabalho da PM diminui a propensão tanto de ter medo de ser roubado quanto de ser de fato vítima de roubo em Belo Horizonte. Nos modelos estimados para 2005, as medidas de capacidade de proteção só tiveram efeitos significativos no modelo de risco objetivo. Residir em uma moradia muito populosa aumenta as chances do belo-horizontino ser vítima de roubo. Porém, confiar na eficiência do trabalho da polícia reduz as chances de se tornar vítima desse tipo de crime.

Muitos estudos procuraram entender como a natureza das atividades fora de casa influencia na exposição a situações de risco. Por exemplo, FELSON e COHEN (1980) investigam o impacto do aumento nas taxas de aquisição do primeiro imóvel sobre o aumento das taxas de arrombamento de residências ao longo o tempo. Eles afirmavam que altas taxas de desemprego levam a redução de atividades fora de casa e com isso maior proteção da propriedade. COHEN, FELSON & LAND (1980) também aplicam essa abordagem para estudar como taxas de desemprego e a proporção de atividades dentro da residência influenciam em mudanças temporais das taxas de roubo de indivíduos, arrombamento de residência, e roubo e furto de veículos. MESSNER & BLAU (1987) buscaram explicar o relacionamento entre taxas de crimes da SMSAs⁸, nos EUA e o volume de atividades de lazer realizadas na residência e fora da residência. MIETHE, HUGHES & MCDOWALL (1991) utilizaram essa perspectiva para

⁸ As “Standard Metropolitan Statistical Areas”, são regiões metropolitanas que compreendem um conjunto de cidades, agregados pelo número de habitantes, que são utilizados como universo para seleção da amostra no censo norte americano.

explicar como medidas de proteção, atividades fora da residência, e atratividade de alvos em potencial, influenciam as taxas para determinados tipos de crimes e as mudanças dessas taxas de crimes em 584 cidades dos EUA entre 1960 e 1980.

A inclusão de variáveis ecológicas nos modelos estimados para 2001 e 2005 não produziu alterações significativas nos resultados apurados com as medidas sócio-demográficas e as medidas de oportunidade criminal. No que diz respeito aos efeitos das variáveis ecológicas sobre a razão de chance de percepção de risco e de risco objetivo de vitimização de roubo, podemos observar resultados muito interessantes em todos os modelos produzidos.

Nos modelos estimados para 2001 somente uma medida apresentou significância estatística. O indicador de desordem social apresentou efeitos significativos sobre a probabilidade tanto da percepção de risco, quanto ao risco real de vitimização de roubo. Os indivíduos que reportam a presença de agentes de desordem social (traficantes, prostitutas, meninos insultados outras na rua, pessoas usando drogas nas ruas, presença de pessoas armadas) na sua vizinhança, têm 42% maior probabilidade de percepção de risco de roubo, que aqueles que não reportaram esta presença. Analisando o modelo de risco objetivo esta probabilidade é de 54%, ou seja, o efeito da presença de agentes de desordem social na vizinhança realmente interfere no risco real de roubo. Os efeitos das variáveis de desordem social são consistentes com o encontrado em outros estudos empíricos sobre a influência de “incivilidades” na percepção do risco e no risco objetivo dentro da perspectiva de “janelas quebradas” (SKOGAN, 1986).

Nos modelos produzidos para 2005 o efeito do contexto onde os belo-horizontinos residem parece exercer grande influência tanto na percepção de risco quanto no risco real de se tornar vítima de roubo. Quanto ao indicador de desordem física (condição das ruas, das edificações, lotes vagos e problemas de coleta de lixo), em ambos os modelos essa medida teve grande impacto. Indivíduos que residem em vizinhança com a presença de desordem física possuem mais medo de serem roubados que indivíduos que residem em áreas sem essas características. Não obstante, o fato delas residirem em áreas com a presença de desordem física aumenta as suas chances reais de se tornar vítima de roubo. Características físicas de uma vizinhança podem impactar tanto na percepção do risco quanto no risco real de ser vítima. LEWIS & SALEM (1981); LAGRANGE, FERRARO & SUPANCIC (1992)

O indicador de desordem social também apresentou efeitos significativos sobre a probabilidade tanto da percepção de risco, quanto ao risco real de vitimização de roubo. Os indivíduos que reportaram a presença de agentes de desordem social em suas vizinhanças percebem um risco maior de serem vítimas de roubo nas regiões onde moram. Ainda nesse

sentido, as suas chances reais de serem vitimadas por esse tipo de crime são, de fato, maiores se comparado a belo-horizontinos que residem em áreas sem essas características.

Outra medida de ecologia do crime que se destacou nos modelos estimados foi o tempo de moradia na residência. Espera-se encontrar maior grau de coesão social naquelas vizinhanças em que houver maior estabilidade residencial por parte de seus residentes, o tempo de residência é um importante indicador no sentido de promover maior contato e interação entre residentes de uma vizinhança. Acredita-se, então, que moradores com maior tempo de residência em uma localidade serão mais coesos. Nesse sentido, aqueles residentes com maior tempo de residência terão, hipoteticamente, menor percepção de desordem e risco (SAMPSON & GROVES, 1989; SAMPSON et al., 1997). Em ambos os modelos, indivíduos com maior tempo de residência na vizinhança apresentaram menor percepção de risco de ser vitimado de roubo na região onde mora. Nesse mesmo sentido, estabilidade residencial reduz as chances de ser vítima de roubo no município de Belo Horizonte.

Indivíduos que residem em moradias não-próprias apresentaram uma chance maior de serem vitimadas de roubo nas vizinhanças onde moram.

Tabela 3: Modelos de Regressão Logística para Percepção de Risco de Roubo e Risco Objetivo de Roubo na Vizinhaça

<i>Variáveis</i>	Percepção do Risco de Roubos na Vizinhaça - 2001			Risco de Roubos na Vizinhaça - 2001		
	Razão de Chance			Razão de Chance		
Sócio Demográficas						
Sexo	1,317**	1,352**	1,288**	0,563**	0,576**	0,435**
Idade	0,992**	0,997	1,003	0,985*	0,976**	0,992
Raça [Branco e Não branco]	0,781**	0,796**	0,803**	0,984	0,907	1,153
Status Sócio-econômico	1,012**	0,998	1,001	1,042**	1,035**	1,041**
Solteiro	0,839**	0,802**	0,842	1,251	0,955	1,124
Viúvo ou Desquitado	0,947	0,865	0,786	2,330**	3,107**	1,904
Trabalha atualmente	1,049	1,098	1,093	0,719*	0,745	0,610*
Variáveis de Oportunidade						
<i>Exposição ao Risco</i>						
Faz compras fora do Bairro		1,017	1,001		1,515	1,316
Dorme fora de casa		1,302**	1,267**		1,428	1,379
Utiliza transporte público		0,936	0,891		1,678*	1,625
<i>Proximidade</i>						
Vive em favela		0,658**	0,552**		0,849	0,693
<i>Capacidade de Proteção</i>						
Nº de Moradores na residência		1,044	1,032		1,048	1,012
Acha o trabalho da PM eficiente		0,706**	0,778**		0,474**	0,502**
Variáveis Ecológicas						
Desordem Física			1,037			1,060
Desordem Social			1,422**			1,545**
Tempo de moradia na residência			0,998			0,978
Situação da Residência [própria ou não]			0,943			0,843
Segurança informal na vizinhaça			1,171			1,392

** p< 0,05

* p< 0,10

Tabela 4: Modelos de Regressão Logística para Percepção de Risco de Roubo e Risco Objetivo de Roubo em outros locais da cidade de Belo Horizonte

<i>Variáveis</i>	Percepção do Risco de Roubos na Vizinhança - 2005			Risco de Roubos na Vizinhança - 2005		
	Razão de Chance			Razão de Chance		
Sócio Demográficas						
Sexo	1,258**	1,427**	1,513**	0,613**	0,912	0,972
Idade	0,998	0,990**	1,001	0,981**	0,992	1,004
Raça [Branco e Não branco]	1,065	1,189	1,198	0,722*	0,957	0,973
Status Sócio-econômico	1,042**	1,038**	1,040**	1,025**	1,031**	1,036**
Solteiro	1,050	0,879	0,956	1,564**	0,966	1,149
Viúvo ou Desquitado	0,919	0,903	0,819	0,430	0,662	0,633
Trabalha atualmente	1,172*	1,321**	1,287**	0,912	1,463	1,474
Variáveis de Oportunidade						
<i>Exposição ao Risco</i>						
Faz compras fora do Bairro		0,959	0,894		1,645**	1,506
Dorme fora de casa		0,943	0,883		1,410	1,309
Utiliza transporte público		0,808**	0,786**		0,773	0,834
Vítimado Anteriormente		1,020	0,894		0,524**	0,456**
<i>Proximidade</i>						
Vive em favela		0,335**	0,287**		0,123**	0,108**
<i>Capacidade de Proteção</i>						
Nº de Moradores na residência		0,986	0,984		1,231**	1,242**
Acha o trabalho da PM eficiente		0,995	1,053		0,543**	0,553**
Variáveis Ecológicas						
Desordem Física			1,038**			1,047**
Desordem Social			1,035**			1,034**
Tempo de moradia na residência			0,999**			0,998**
Situação da Residência [própria ou não]			0,970			0,488*
Segurança informal na vizinhança			1,246			1,575

** p< 0,05

* p< 0,10

Conclusão

Neste estudo examinou-se os efeitos de diversos fatores sobre a percepção do risco de vitimização de roubo e sobre o risco objetivo disto acontecer. Esta análise diferenciada fornece alguns resultados que contribuem para entender o fenômeno do risco de vitimização nos grandes centros urbanos.

Em primeiro lugar, sexo é uma característica muito influente na a percepção de risco e sobre o risco objetivo de ser vítima de roubo independente do local. Ser mulher tem um efeito positivo sobre a percepção do risco (chances maiores no risco de se tornarem vítimas) e um efeito negativo (as chances reais de ser tornar vítima são menores para o sexo feminino) no caso dos modelos de risco objetivo. No caso da variável *status* sócio-econômico, esta medida teve maior influencia nos modelos de risco objetivo. Por exemplo, indivíduos com *status* mais alto apresentam uma probabilidade maior de se tornarem vítimas de roubo.

As variáveis de oportunidades do crime também exerceram influência sobre os modelos de risco de vitimização testados neste estudo. O hábito de dormir fora de casa e utilizar frequentemente transporte coletivo revelou ser um importante fator na percepção do risco de ser roubado em Belo Horizonte. Residir em regiões consideradas como favela, parece reduzir tanto a percepção de risco quanto o risco real de ser vítima de roubo. Além do fato de confiar na eficiência do trabalho policial também reduz a sensação de insegurança e no risco objetivo de vitimização. Não obstante, não estamos preparados para descontar um possível efeito das atividades diárias dos indivíduos na percepção e no risco objetivo de vitimização. Reconhecemos que algumas de nossas medidas são “pobres” em comparação a outros estudos em que se demonstra sua influência sobre os modelos experimentados.

Sem dúvida, os resultados mais interessantes do nosso estudo se referem às variáveis ecológicas. Em primeiro lugar, foi constatado que o indicador que mede a desordem social (existência de pessoas circulando com armas de fogo nas ruas da vizinhança; presença de pessoas cometendo atos de vandalismo na vizinhança; existência de pessoas xingando ou insultados os moradores nas ruas da vizinhança; existência ou não nas ruas da vizinhança de prostitutas; presença ou não na vizinhança, em locais públicos, de pessoas fazendo uso de drogas ilícitas; presença ou não de trafico de drogas nas vias públicas da vizinhança; e existência ou não de criminosos ou bandidos circulando pelas ruas da vizinhança), têm muita influencia em todos os modelos testados. Por outro lado, a variável indicadora de desordem física, medida de ambientes degradados, só teve efeito no modelo estimado para o ano de 2005. Mesmo assim, não

se descarta a importância de fatores relacionados com a perspectiva das “Janelas Quebradas” (KELLING & COLES, 1996).

O tempo de residência na vizinhança também se mostrou um grande preditor tanto para a sensação de insegurança quanto para o risco real de ser vitimado em Belo Horizonte. A inclusão de medidas de ecologia do crime deixou claro que características da perspectiva de desorganização social são muito influentes no risco de vitimização de roubo e agressão, seja na vizinhança de moradia ou fora dela (SAMPSON & GROVES, 1989; SAMPSON et al., 1997).

Concluindo, este estudo apresenta-se algumas divergências interessantes em relação a outros estudos existentes sobre percepção e risco objetivo de vitimização. Porém, por ser um dos poucos estudos empíricos no Brasil sobre o tema, é cedo para determinar se estas divergências revelam mecanismos distintos na determinação do risco de vitimização no contexto brasileiro. Não obstante, fornece um interessante ponto de partida para futuras pesquisas brasileiras nesta área.

Referencia Bibliográfica

BAUMER, Terry L.. Testing a general model of fear of crime: data from a national sample. *Journal of Research in Crime and Delinquency* n.22, p.239-55, 1985.

BEATO FILHO, C. C.; PEIXOTO, Betania T.; ANDRADE, Mônica V. Crime, oportunidade e vitimização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.19, n. 55, jun. 2004.

BURSIK JR., Robert. J.; GRASMICK, Harold G.. *Neighborhood and Crime: the dimensions of effective community control*. San Francisco: Jossey-Bass Inc, 1993.

CENTRO DE ESTUDOS DE CRIMINALIDADE E SEGURANÇA PÚBLICA. 2001 (mimeo). Atlas da Criminalidade Violenta em Belo Horizonte: diagnósticos, perspectivas, e sugestões de programas de controle.

CLARKE, Ronald; FELSON, Marcus. *Routine actives and rational choice*. New Jersey: [s.e.], 1993

COHEN, Lawrence E.; FELSON, M. Social Change and Crime Rate Trends: A Routine Activity Approach. *American Sociological Review*, v. 4, 1979.

COHEN, Lawrence E.; KLUEGEL, james R.; LAND, Kenneth C. Social inequality and predatory criminal victimization: an exposition and test of a formal theory. *American Sociological Review*, v. 46, p. 505-524, 1981.

DURKHEIM, Emile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1960:

FAJNZYLBER, P.; LEDERMAN, D.; LOAYZA, N. *Determinants of Crime Rates in Latin America and the World: An empirical assessment*. Washington: World Bank, 1998. <<http://www.worldbank.org/laccrime>>

FELSON, M.; COHEN, L. Human ecology and crime: a routine activity approach. *Human Ecology*, v. 8, p. 389-406, 1980.

FERRARO, Kenneth F. & LAGRANGE, Randy. The measurement of fear of crime. *Sociological Inquiry* n.57, p.70-101, 1987.

FORDE, David. R.. Perceived crime, fear of crime and walking alone at night. *Psychological Reports* n.73, p.403-07, 1993.

GAROFALO, James. Victimization and fear of crime. *Journal of Research in Crime and Delinquency* n.16, p.80-97, 1979.

HINDELANG, Michael J. *Criminal victimization in eight american cities: a descriptive analysis of common theft and assault*. Cambridge: Ballinger, 1976. 499p.

HINDELANG, Michael J.; GOTTFREDSON, Michael R.; GAROFALO, James. *Victims of Personal Crime: An Empirical Foundation for a Theory of Personal Victimization*. Cambridge, Mass.: Ballinger, 1978.

HUNTER, A. & BAUMER, T.L Street traffic, social integration and fear of crime. *Sociological Inquiry* n.52, p.122-131, 1982.

KELLING, George; COLES, Catherine. *Fixing broken windows: restoring order and reducing crime in our communities*. New York: Free Press/ Simon & Schuster, Inc, 1996.

KENNEDY, Leslie W.; FORDE, David R. Routine Activities and Crime: An Analysis of Victimization in Canada. *Criminology*, v. 28, p. 137- 51, 1990.

LAGRANGE, Randy & FERRARO, Kenneth. The elderly's fear of crime: a critical examination of the research. *Research on Aging* n.9, p.372-391, 1987.

LAGRANGE, Randy, FERRARO, Kenneth & SUPANCIC, Michael. Perceived risk and fear of crime: the role of social and physical incivilities. *Journal of Research in Crime and Delinquency* n.29, p.311-334, 1992.

LEDERMAN, Daniel; LOAYAZA, Norman; MENENDEZ, Ana María. "Violent Crime: Does Social Capital Matter?". *The World Bank*. Washington.

LEE, B. A. The urban unease revisited: perceptions of local safety and neighborhood among metropolitan residents. *Social Science Quarterly* n.62, p.611-629, 1981.

LEWIS, Dan A & SALEM, Dan A. *Fear of Crime: Incivility and the Production of a Social Problem*. Transaction Books, 1986.

- MEITHE, Terance D.; DRASS, Kriss A. Exploring the Social Context of the Instrumental and Expressive Homicides: An Application of Qualitative Comparative Analysis, *Journal of Quantitative Criminology*, v. 15, n. 1, p. 1-21, 1999.
- MEITHE, Terance D.; STAFFORD, Mark C.; LONG, Scott. Social differentiation in Criminal Victimization: A test of routine activities/Lifestyle Theories. *American Sociological Review*, v. 52, n. 2, p. 184 -194, 1987.
- MESSNER, Steven; BLAU, Judith. Routine leisure activities and rates of crime: a micro-level analysis. *Social Forces*, v. 65, n. 4, 1987.
- MIETHE, Terance D.; MACDOWAL, David. Contextual Effects in Models of Criminal Victimization. *Social forces*, v. 71, n. 3, p. 741 – 759, 1993.
- MIETHE, Terance D.; MEIER, Robert. *Crime and Its Social Context: toward an integrated theory of offenders, victims, and situations*. New York: State University New York Press. 1994. 209 p.
- PAIXÃO, Antonio L.; BEATO FILHO, Claudio C. Crimes, Vítimas e Policiais. *Teoria e Sociedade*, v.1, 1996.
- RODRIGUES, Corinne Davis e PEIXOTO, Betânia Tonino. 2003. “Medo e Espaço Urbano: Uma Análise da Percepção de Risco de Vitimização Local e Não-local”. *Conferência Anual da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS)*, Campinas, SP, Brasil.
- ROUNTREE, P.; LAND, K. The Generalizability of Multilevel Models of Burglary Victimization: A Cross-City Comparison. *Social Science Research*, v. 29, p. 284–305, 2000.
- ROUNTREE, Pamela W. & LAND, Kenneth. Perceived risk versus fear of crime: empirical evidence of conceptually distinct reactions in survey data *Social Forces* n.74, p.1353-76, 1996.
- ROUNTREE, Pamela W. A Reexamination of the Crime-Fear Linkage. *Journal of Research in Crime and Delinquency*. Vol. 35, n. 3, p. 341-372, 1998.
- SAMPSON, Robert J.; GROVES, W. Byron. Community structure and crime: testing social-disorganization theory. *American Journal of Sociology*, v. 94, n. 4, 1989.

SAMPSON, Robert J.; LAURITSEN, Janet L. Deviant Lifestyles, Proximity to Crime, and the Offender-Victim Link in Personal Violence. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, v. 27, n. 2, p. 110-139, 1990.

SAMPSON, Robert J.; RAUDENBUSH, Stephen S.; EARLS, Felton. Neighborhoods and Violent Crime: A multilevel study of Collective Efficacy. *Science*, v. 277, p.918-24, 1997.

SAMPSON, Robert J.; WOOLDREDGE, John D. Linking the Micro- and Macro-Level dimensions of Lifestyle-Routine Activity and Opportunity Models of Predatory Victimization. *Journal of Quantitative Criminology*, v.3, p. 371-393, 1987.

SHAW, Clifford; MCKAY, Henry D. Are broken homes a causative factor in juvenile delinquency. *Social Forces*, v. 10, n. 4, 1942.

SHAW, Clifford; MCKAY, Henry D. *Juvenile Delinquency and Urban Areas*. Chicago: Chicago: University of Chicago Press, 1942.

SKOGAN, Wesley G. & MAXFIELD, Michael G. *Coping with crime: individual and neighborhood reactions*. Beverly Hills, CA: Sage, 1981.

SKOGAN, Wesley G. The impact of victimization of fear *Crime and Delinquency* n.33, p.135-54, 1987.

STAFFORD, Mark C. & GALLE, Omar R. Victimization rates, exposure to risk and fear of crime *Criminology* n.22, p.173-85, 1984.

TAUB, R., TAYLOR, D.G. & DUNHAM, J.D. Neighborhoods and safety. In: LEWIS, D.A. *Reactions to Crime* Newbury Park, CA: Sage, 1981. p. 299-354.

TAYLOR, R.B. Neighborhood responses to disorder and local attachments: the systemic model of attachment, social disorganization and neighborhood use value *Sociological Focus* n.11, p.41-74, 1996.

VILLARREAL, Andrés; SILVA, Braulio F. A. Social cohesion, criminal victimization and perceived risk of crime in Brazilian neighborhoods. *Social Forces*, v. 84, n. 3, mar. 2006.

WARR, Mark & STAFFORD, Mark. Fear of victimization: a look at proximate causes. *Social Forces* n.61, p.1033-43, 1983.

WARR, Mark. Dangerous situations: social context and fear of victimization *Social Forces* n.68, p.891-907, 1990.

WARR, Mark. Fear of victimization: why are women and the elderly more afraid? *Social Science Quarterly* n.65, p.681-702, 1984.